

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 02/2026



BOITUVA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA - SÃO PAULO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I E II

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





BOITUVA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA - SÃO PAULO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I E II

Nº 02/2026

CÓD: OP-141JH-26
7908403597215

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos verbais, não verbais e multimodais	9
2. Localização de informações explícitas e inferência de informações implícitas; Identificação do tema, da finalidade, da tese e dos argumentos do texto	9
3. Distinção entre fato e opinião.....	16
4. Reconhecimento de informações principais e secundárias	18
5. Relações entre textos: intertextualidade, comparação de ideias e diferentes abordagens sobre o mesmo tema.....	20
6. Análise de efeitos de sentido produzidos por escolhas lexicais, recursos expressivos, pontuação, sinais gráficos, linguagem figurada, humor e ironia.....	22
7. Coesão e coerência textual	24
8. Relações lógicodiscursivas estabelecidas por conectivos e mecanismos de articulação textual.....	25
9. Variação linguística e adequação da linguagem à situação comunicativa	28
10. Conhecimentos linguísticos aplicados ao texto: ortografia oficial	30
11. Acentuação gráfica.....	31
12. Pontuação	33
13. Classes de palavras	34
14. Flexão nominal e verbal	41
15. Concordância nominal e verbal	43
16. Regência nominal e verbal.....	45
17. Crase	46
18. Colocação pronominal	47
19. Período simples e período composto; relações de coordenação e subordinação.....	48
20. Reescrita de frases e parágrafos: Equivalência de sentido, Correção gramatical.....	49

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Operações com números naturais, inteiros, racionais e reais. Frações, números decimais	69
2. Razão e proporção. Proporcionalidade direta e inversa	76
3. Porcentagem.....	77
4. Regra de três simples e composta	79
5. Média aritmética simples e ponderada	81
6. Sistema monetário.....	81
7. Grandezas e medidas: tempo, comprimento, massa, capacidade, área, perímetro e volume simples. Conversão entre unidades usuais de medida	85
8. Sequências numéricas, regularidades e padrões.....	88
9. Noções de contagem, princípio multiplicativo e probabilidade simples.....	93
10. Noções de lógica: proposições, conectivos, negação, equivalências	98
11. Argumentos, conclusões e análise de validade de raciocínios.....	103
12. Leitura, interpretação e resolução de situações-problema envolvendo tabelas, gráficos, listas e dados quantitativos. Resolução de situações-problema envolvendo operações, proporcionalidade, organização de informações, interpretação de dados, raciocínio lógico e tomada de decisão	108

ÍNDICE

Noções de Informática

1. Conceitos básicos de informática	115
2. Uso de computadores, dispositivos móveis, periféricos e sistemas operacionais	116
3. Organização e gerenciamento de arquivos e pastas	118
4. Editor de textos, planilhas eletrônicas e apresentações: criação, edição, formatação, inserção de imagens, tabelas, gráficos, links, impressão, salvamento e exportação de documentos. Aplicação dessas ferramentas na elaboração de atividades, registros pedagógicos, relatórios, materiais didáticos, apresentações e acompanhamento de informações escolares	120
5. Internet e comunicação digital: navegação, pesquisa, mecanismos de busca, avaliação da confiabilidade das informações, downloads, uploads	129
6. Correio eletrônico, anexos e boas práticas de comunicação institucional	132
7. Ferramentas digitais aplicadas à educação: armazenamento em nuvem, compartilhamento de arquivos, edição colaborativa, formulários digitais, videoconferência, recursos educacionais digitais e plataformas de apoio ao ensino, à aprendizagem, à avaliação e ao trabalho pedagógico	133
8. Segurança da informação: senhas, autenticação, cópias de segurança, vírus e golpes digitais, privacidade, proteção de dados pessoais e uso responsável de recursos tecnológicos no ambiente escolar	136

Legislação Educacional

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: princípios da Administração Pública, direito à educação e organização da educação nacional	147
2. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: organização da educação básica, incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, gestão democrática, currículo, avaliação, educação infantil, ensino fundamental, educação especial e profissionais da educação	151
3. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente: proteção integral, direito à educação, deveres da escola e comunicação de situações de risco	171
4. Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008: obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	211
5. Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026 — Plano Nacional de Educação — PNE: diretrizes, objetivos, metas, estratégias, governança, monitoramento, avaliação, financiamento, regime de colaboração e articulação com os planos estaduais e municipais de educação	211
6. Base Nacional Comum Curricular — BNCC: fundamentos pedagógicos, competências gerais, direitos de aprendizagem, organização curricular e aprendizagens essenciais da Educação Básica	216
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: princípios, fundamentos e orientações para a organização curricular e pedagógica	263
8. Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 — Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: direito à educação inclusiva, acessibilidade e atendimento às pessoas com deficiência	263
9. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 — Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista: direitos da pessoa com TEA e diretrizes para inclusão educacional	282

Conhecimentos Específicos

Professor de Educação Básica I e II

1. Concepções de educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem; Currículo e organização das aprendizagens na Educação Básica	287
2. Função social da escola pública	291
3. Direito à educação, democratização do acesso, permanência, aprendizagem, equidade e qualidade social da educação	293
4. Organização do trabalho pedagógico e gestão democrática	299
5. Projeto político-pedagógico: elaboração, execução, acompanhamento e avaliação.....	304
6. Planejamento educacional e planejamento de ensino: objetivos, conteúdos, metodologias, recursos, avaliação, registros e replanejamento.....	306
7. Base Nacional Comum Curricular — BNCC: fundamentos pedagógicos, competências gerais, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, áreas do conhecimento e aprendizagens essenciais	309
8. Didática, mediação pedagógica e metodologias de ensino; Estratégias de ensino, sequências didáticas, projetos de trabalho, resolução de problemas, investigação, ludicidade, práticas colaborativas e metodologias participativas.....	356
9. Interdisciplinaridade, contextualização, transversalidade, temas contemporâneos transversais e formação integral dos estudantes	364
10. Desenvolvimento humano, aprendizagem e diversidade	367
11. Infâncias, adolescências, processos de escolarização e respeito às diferentes trajetórias de aprendizagem	370
12. Alfabetização, letramento, numeramento e multiletramentos como dimensões do processo educativo	374
13. Educação inclusiva, acessibilidade, desenho universal para aprendizagem, adaptações pedagógicas, flexibilização curricular, tecnologia assistiva e atendimento às necessidades educacionais dos estudantes	376
14. Relações étnico-raciais, diversidade, direitos humanos, cidadania, cultura de paz e enfrentamento de preconceitos, discriminações e violências no ambiente escolar	383
15. Avaliação da aprendizagem: concepções, funções, instrumentos, critérios, registros, acompanhamento e uso pedagógico dos resultados.....	384
16. Avaliação diagnóstica, formativa, processual e somativa	388
17. Recuperação, reforço, recomposição das aprendizagens e intervenção pedagógica	389
18. Organização dos tempos, espaços, agrupamentos, materiais e rotinas escolares	390
19. Gestão da sala de aula, convivência escolar, mediação de conflitos e promoção de ambiente educativo democrático, inclusivo, participativo e seguro	392
20. Relação entre escola, família, comunidade e território	395
21. Formação continuada, trabalho coletivo, reuniões pedagógicas, conselho de classe e práticas colaborativas.....	396
22. Registros pedagógicos, documentação escolar e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem	401
23. Uso pedagógico das tecnologias digitais, cultura digital e recursos educacionais digitais	404
24. Ética profissional docente, responsabilidade pedagógica e compromisso com a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes.....	405

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS, NÃO VERBAIS E MULTIMODAIS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

LOCALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E INFERÊNCIA DE INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS; IDENTIFICAÇÃO DO TEMA, DA FINALIDADE, DA TESE E DOS ARGUMENTOS DO TEXTO

MENSAGENS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

Na comunicação verbal e escrita, as mensagens podem ser transmitidas de forma explícita, quando a informação está claramente apresentada, ou de forma implícita, quando o entendimento depende da interpretação do leitor ou ouvinte.

Essa distinção é essencial para a análise de textos e discursos, especialmente em provas de concursos públicos e exames que exigem compreensão detalhada do conteúdo.

► O Que São Mensagens Explícitas

As mensagens explícitas são aquelas em que a informação está claramente expressa no texto, sem necessidade de dedução ou interpretação subjetiva. Elas transmitem um conteúdo direto e objetivo, permitindo ao leitor compreender o significado sem esforço adicional.

Exemplo de mensagem explícita:

Frase: O trânsito está congestionado devido ao excesso de veículos na avenida.

Análise: A informação é clara e objetiva. O trânsito está congestionado, e a causa é o excesso de veículos.

As mensagens explícitas são comuns em textos informativos, como notícias, artigos científicos e comunicados oficiais, nos quais a precisão das informações é essencial.

► O Que São Mensagens Implícitas

As mensagens implícitas exigem que o leitor faça inferências a partir do contexto e do conhecimento prévio. Essas mensagens podem estar disfarçadas por meio de figuras de linguagem, ironia, metáforas ou omissões estratégicas.

Exemplo de mensagem implícita:

Frase: Se eu fosse você, não sairia agora.

Análise: O enunciado não afirma diretamente que há trânsito ou perigo, mas sugere que há algum problema para sair naquele momento.

AMOSTRA

A interpretação de mensagens implícitas depende de elementos como:

- Contexto do discurso, ou seja, quem fala, para quem e em que situação
- Conhecimento de mundo, que envolve informações culturais, sociais e históricas compartilhadas entre emissor e receptor
- Uso de recursos linguísticos, como ironia, metáfora e eufemismo

Diferença Entre Implícito e Subentendido:

Embora as mensagens implícitas e subentendidas sejam frequentemente confundidas, há uma diferença sutil entre elas.

- **Mensagem implícita:** Está no discurso, mas exige inferência para ser compreendida. O emissor insere pistas no texto para que o leitor chegue à conclusão.
- **Mensagem subentendida:** Não está necessariamente no texto, mas pode ser deduzida a partir do contexto geral.

Exemplo de mensagem implícita:

Frase: Este restaurante nunca tem fila.

Análise: Pode indicar que o restaurante não é popular ou que o serviço é rápido.

Exemplo de mensagem subentendida:

Frase: Gostei muito do presente. (Dito com expressão de desagrado)

Análise: Embora as palavras afirmem satisfação, a expressão facial sugere o contrário.

Estratégias para Identificar Mensagens Implícitas:

Para compreender mensagens implícitas em textos e discursos, algumas estratégias podem ser utilizadas:

- Prestar atenção ao contexto e ao objetivo da fala ou do texto
- Observar a escolha das palavras e verificar possíveis ambiguidades ou indiretas
- Considerar o tom do discurso, especialmente quando há ironia ou sarcasmo
- Analisar elementos não verbais em textos multimodais, como imagens em charges e propagandas, que podem sugerir significados além do que está escrito

► Exemplos em Diferentes Gêneros Textuais

Em uma notícia:

- **Explícito:** O governo anunciou um novo programa de habitação popular.
- **Implícito:** O governo tenta melhorar sua imagem com novas políticas sociais. (Sugere que há uma intenção política por trás da ação).

Em uma propaganda:

- **Explícito:** Este creme hidrata sua pele por 24 horas.
- **Implícito:** Se você não usar este creme, sua pele pode ficar ressecada. (Sugere que o uso do produto é necessário).

Em uma charge:

- **Explícito:** O desenho mostra um homem carregando várias sacolas de compras.
- **Implícito:** A expressão cansada do personagem pode sugerir que o consumo excessivo gera desgaste físico e financeiro.

POSTO E PRESSUPOSTO

Na interpretação de textos, é fundamental compreender não apenas o que está explícito, mas também o que é sugerido de maneira indireta.

Nesse contexto, os conceitos de posto e pressuposto ajudam a distinguir informações que estão claramente expressas daquelas que são inferidas a partir da estrutura linguística do enunciado.

► O Que É Posto?

O termo posto refere-se ao que está explicitamente dito no texto, ou seja, à informação que foi diretamente enunciada pelo emissor. O posto não exige inferências adicionais para ser compreendido, pois está claro na estrutura do discurso.

Exemplo de posto:

Frase: O Brasil é um país da América do Sul.

Análise: A frase apresenta uma afirmação objetiva, que pode ser verificada e compreendida sem necessidade de interpretação adicional.

O posto corresponde ao conteúdo visível e acessível do texto, sendo a base para a comunicação eficaz.

► O Que É Pressuposto?

O pressuposto é uma informação subentendida no discurso, ou seja, algo que não é declarado de forma direta, mas que precisa ser verdadeiro para que a afirmação faça sentido. Os pressupostos são ativados por certos elementos linguísticos, como verbos, advérbios, pronomes e estruturas sintáticas específicas.

Exemplo de pressuposto:

Frase: João parou de fumar.

Análise: O enunciado traz a ideia de que João fumava anteriormente. Embora isso não tenha sido explicitamente afirmado, a estrutura do verbo “parar” pressupõe uma ação anterior.

Os pressupostos diferem das informações inferidas subjetivamente, pois são ativados por elementos específicos da língua.



MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS. FRAÇÕES, NÚMEROS DECIMAIS

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

Os números naturais são utilizados para contar e ordenar elementos. Começando do zero e somando uma unidade sucessivamente, formamos um conjunto infinito:

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Em algumas situações, exclui-se o zero do conjunto dos naturais. Esse subconjunto é representado por:

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Esse conjunto é fundamental e está presente em diversas situações do cotidiano, como contar objetos, identificar posições e registrar quantidades.

► Sucessor de um Número Natural

Todo número natural possui um sucessor, ou seja, um número que vem imediatamente depois dele na contagem.

- O sucessor de 0 é 1.
- O sucessor de 19 é 20.
- O sucessor de 1000 é 1001.

► Antecessor de um Número Natural

Todo número natural, exceto o zero, possui um antecessor, ou seja, um número que vem imediatamente antes dele.

- O antecessor de 2 é 1.
- O antecessor de 10 é 9.
- O antecessor de 56 é 55.

► Operações com Números Naturais

▪ **Adição:** A adição é uma operação fechada no conjunto dos números naturais, ou seja, a soma de dois números naturais é sempre um número natural.

Exemplo: $3 + 4 = 7$ (e 7 também é natural)

▪ **Subtração:** A subtração não é uma operação fechada em $\mathbb{N}$, pois o resultado pode não pertencer ao conjunto dos naturais, especialmente quando o subtraendo é maior que o minuendo.

Exemplos:

$7 - 2 = 5 \rightarrow$ pertence aos naturais

$2 - 7 = -5 \rightarrow$ Não pertence aos naturais, pois -5 não é natural

▪ **Multiplicação:** A multiplicação também é fechada em $\mathbb{N}$, ou seja, o produto de dois naturais é sempre um natural.

Exemplo: $4 \times 3 = 12$



AMOSTRA

▪ **Divisão:** A divisão nem sempre resulta em um número natural, então não é fechada em N.

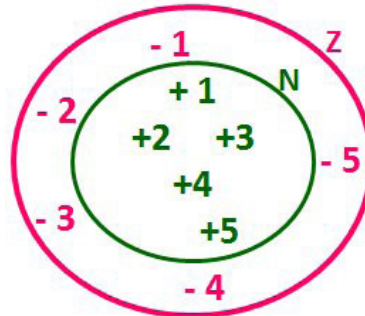
Exemplos:

$$6 \div 3 = 2 \rightarrow \text{pertence aos naturais}$$

$$5 \div 2 = 2,5 \rightarrow \text{Não pertence aos naturais, pois } 2,5 \text{ não é natural}$$

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$ ($N \subset Z$); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



$N \subset Z$ (N está contido em Z)

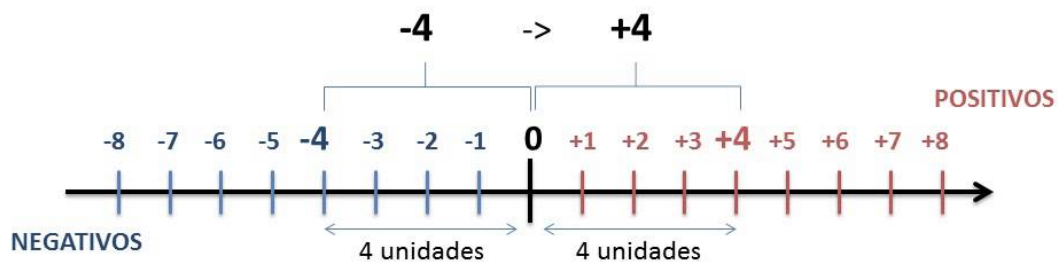
► Subconjuntos

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

▪ **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

▪ **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

► Fundamentos de Informática

▪ **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

▪ **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

▪ **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

▪ **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

▪ **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

▪ **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

▪ **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

► Tipos de computadores

▪ **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

▪ **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.

▪ **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.

▪ **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.

▪ **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.

▪ **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.

▪ **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.



AMOSTRA

**USO DE COMPUTADORES, DISPOSITIVOS MÓVEIS,
PERIFÉRICOS E SISTEMAS OPERACIONAIS****CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA NO USO
COTIDIANO**

A informática reúne conhecimentos e recursos tecnológicos utilizados para produzir, armazenar, organizar, acessar e comunicar informações. No ambiente escolar, ela aparece em diversas situações: elaboração de documentos, registro de informações, comunicação institucional, organização de atividades, acompanhamento pedagógico e uso de recursos digitais em sala de aula.

O computador e os dispositivos móveis devem ser compreendidos como ferramentas de apoio ao trabalho. Eles não substituem o planejamento, a organização e o cuidado profissional, mas tornam muitas tarefas mais rápidas, acessíveis e integradas.

► Hardware, software e usuário

O uso básico da informática envolve três elementos principais: hardware, software e usuário. O hardware corresponde às partes físicas do equipamento. O software corresponde aos programas e sistemas utilizados. O usuário é quem opera os recursos, define objetivos e realiza as tarefas.

► Autonomia digital básica

A autonomia digital básica consiste na capacidade de utilizar equipamentos e sistemas de forma segura, organizada e eficiente. Isso inclui ligar e desligar dispositivos corretamente, acessar programas, ajustar configurações simples, utilizar periféricos e compreender mensagens básicas exibidas pelo sistema.

No ambiente escolar, essa autonomia contribui para o andamento das rotinas administrativas e pedagógicas, reduzindo interrupções e facilitando o uso responsável dos recursos disponíveis.

COMPUTADORES E DISPOSITIVOS MÓVEIS**► Computadores de mesa e notebooks**

Os computadores de mesa são equipamentos normalmente utilizados em locais fixos, como secretarias, salas administrativas, laboratórios e bibliotecas. Geralmente possuem monitor, teclado, mouse e gabinete separados. São adequados para atividades prolongadas, digitação de documentos, uso de sistemas institucionais e organização de informações.

Os notebooks possuem maior mobilidade, pois integram tela, teclado, touchpad, bateria e demais componentes em um único equipamento. São úteis para reuniões, formações, planejamento, apresentações e atividades que exigem deslocamento entre ambientes.

► Tablets e smartphones

Tablets e smartphones são dispositivos móveis usados para comunicação, consulta de informações, acesso a aplicativos, leitura de documentos, participação em reuniões virtuais e registro de atividades. Sua principal vantagem está na portabilidade.

Apesar da praticidade, esses dispositivos podem ter limitações para tarefas mais complexas, como edição extensa de documentos, organização de grandes volumes de informações ou uso de sistemas que exigem tela maior.

► Diferenças práticas entre dispositivos fixos e móveis

A escolha do equipamento depende da atividade a ser realizada. Computadores e notebooks costumam ser mais adequados para produção e organização detalhada de documentos. Dispositivos móveis são úteis para acesso rápido, comunicação, consulta e registros simples.

As diferenças mais importantes envolvem:

- Tamanho da tela
- Facilidade de digitação
- Portabilidade
- Capacidade de processamento
- Compatibilidade com sistemas e periféricos

► Cuidados no uso compartilhado

Em ambientes escolares, é comum que equipamentos sejam utilizados por diferentes pessoas. Por isso, é importante adotar cuidados básicos, como encerrar sessões após o uso, não alterar configurações sem autorização, preservar a integridade física do equipamento e manter o espaço organizado para o próximo usuário.

PERIFÉRICOS E DISPOSITIVOS AUXILIARES

Periféricos são dispositivos conectados ao computador ou ao dispositivo principal para ampliar suas funções. Eles podem permitir entrada de dados, saída de informações, comunicação, armazenamento ou interação com outros equipamentos.

Os periféricos tornam o uso da tecnologia mais completo, permitindo imprimir documentos, digitalizar arquivos, projetar imagens, captar áudio, gravar vídeo e armazenar informações externas.

► Periféricos de entrada, saída e entrada/saída

Os periféricos podem ser classificados de acordo com sua função. Entre os exemplos mais comuns estão:

- Entrada: teclado, mouse, scanner, microfone e webcam
- Saída: monitor, impressora, projetor e caixas de som
- Entrada e saída: telas sensíveis ao toque, multifuncionais e dispositivos de armazenamento

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DIREITO À EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejam os abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

► Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

► Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não - intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

AMOSTRA

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

EDUCAÇÃO

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrcd%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III**DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO****SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO**

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO, ESCOLA, CURRÍCULO, ENSINO E APRENDIZAGEM; CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO, ESCOLA, CURRÍCULO, ENSINO E APRENDIZAGEM

► Educação como prática social e formação humana

A educação constitui uma prática social de formação humana, histórica e culturalmente situada. Ela não se reduz à transmissão de informações, pois envolve processos de apropriação, produção e reconstrução de conhecimentos, valores, linguagens, formas de convivência e modos de participação na vida coletiva. Como prática social, a educação ocorre em diferentes espaços, mas adquire configuração específica na escola, onde se organiza de maneira intencional, sistemática e institucionalizada. Essa intencionalidade diferencia a ação educativa escolar de experiências espontâneas de socialização, porque articula finalidades formativas, seleção de saberes, organização curricular, mediação docente, acompanhamento da aprendizagem e responsabilidade pública sobre o direito ao conhecimento.

A concepção de educação adotada por uma instituição orienta sua maneira de compreender o estudante, o professor, o conhecimento e as relações pedagógicas. Uma concepção meramente transmissiva tende a tratar o conhecimento como conteúdo pronto, externo ao sujeito, cabendo ao estudante receber, reproduzir e demonstrar domínio formal. Uma concepção formativa, crítica e democrática entende o conhecimento como patrimônio cultural e instrumento de leitura, interpretação e intervenção na realidade. Nessa perspectiva, aprender significa estabelecer relações, formular explicações, problematizar situações, construir significados e participar de práticas sociais nas quais o conhecimento ganha função intelectual, ética, cultural e política.

A educação escolar também está vinculada à formação integral. A formação integral não significa acúmulo indiscriminado de conteúdos, mas desenvolvimento articulado de dimensões cognitivas, afetivas, sociais, culturais, corporais, estéticas e éticas. O estudante é compreendido como sujeito histórico, portador de experiências, linguagens, pertencimentos e modos de compreender o mundo. A escola não abandona o conhecimento sistematizado para privilegiar apenas vivências imediatas; ao contrário, parte das experiências dos sujeitos para ampliar repertórios, introduzir formas elaboradas de pensamento e possibilitar acesso a saberes que não se constituem de modo espontâneo.

► Escola como instituição pública de conhecimento, convivência e inclusão

A escola é uma instituição social responsável pela organização intencional do ensino e pela garantia de acesso aos conhecimentos considerados relevantes para a formação das novas gerações. Sua função não se limita à guarda de crianças e jovens, à preparação para etapas posteriores ou à adaptação passiva a demandas sociais. A escola produz condições para que os sujeitos se apropriem de linguagens, conceitos, métodos de investigação, formas de expressão, critérios de argumentação e modos de convivência democrática. A dimensão pública da escola exige compromisso com equidade, inclusão, participação e qualidade social da educação.

A escola também é espaço de encontro entre sujeitos diversos. Diferenças de origem social, cultura, raça, gênero, território, religião, deficiência, ritmos de aprendizagem e trajetórias familiares atravessam o cotidiano escolar. Uma concepção democrática de escola não transforma tais diferenças em justificativas para exclusão, baixa expectativa ou empobrecimento curricular. As diferenças devem orientar a construção de condições pedagógicas de acesso, participação e aprendizagem. Isso implica organização de tempos, espaços, recursos, metodologias, registros, agrupamentos e formas de acompanhamento capazes de reconhecer singularidades sem reduzir o direito comum ao conhecimento.

Algumas dimensões estruturam a função social da escola e dão concretude à sua responsabilidade formativa:

- Garantia de acesso ao conhecimento sistematizado, com valorização dos saberes culturais dos estudantes e ampliação de repertórios intelectuais.
- Organização de relações de convivência baseadas em respeito, participação, diálogo, corresponsabilidade e enfrentamento de práticas discriminatórias.
- Construção de práticas pedagógicas que articulem ensino, aprendizagem, avaliação, currículo e gestão institucional.
- Promoção de condições de permanência, participação e aprendizagem para todos os estudantes, com atenção às desigualdades que interferem na trajetória escolar.

Essas dimensões indicam que a escola não atua apenas no plano administrativo ou instrucional. Sua identidade pedagógica depende da coerência entre projeto educativo, currículo, planejamento, práticas de ensino, avaliação e relações institucionais. Quando esses elementos permanecem fragmentados, a escola tende a produzir ações isoladas, pouco efetivas e incapazes de sustentar processos de aprendizagem consistentes.

AMOSTRA

► **Currículo como construção cultural, política e pedagógica**

O currículo é o conjunto organizado de conhecimentos, experiências, práticas, relações, tempos, espaços, critérios e formas de avaliação que compõem a formação escolar. Ele não se restringe a uma lista de conteúdos ou a uma sequência de unidades didáticas. O currículo expressa escolhas culturais e pedagógicas, pois define quais saberes serão trabalhados, com que finalidades, por meio de quais abordagens e em diálogo com quais sujeitos e contextos. Essas escolhas nunca são neutras: revelam concepções de sociedade, infância, juventude, conhecimento, aprendizagem e justiça educacional.

Uma compreensão ampla de currículo permite reconhecer diferentes níveis de sua manifestação. O currículo prescrito aparece em documentos orientadores, propostas institucionais e matrizes de referência. O currículo planejado se materializa nas decisões de professores e equipes pedagógicas sobre objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação. O currículo em ação ocorre nas interações concretas da sala de aula, nos projetos, nas atividades, nas perguntas dos estudantes e nas mediações docentes. O currículo oculto manifesta-se nas normas implícitas, expectativas, silenciamentos, formas de tratamento, distribuição de oportunidades e valores vividos no cotidiano escolar.

Currículo, conhecimento e poder

Ao selecionar determinados conhecimentos, o currículo também organiza visibilidades e ausências. Determinados grupos sociais, tradições culturais, narrativas históricas e formas de expressão podem ser valorizados ou marginalizados. Por isso, uma prática curricular democrática precisa interrogar a origem dos conhecimentos, os critérios de seleção, os modos de abordagem e os efeitos das escolhas realizadas. A valorização da diversidade não significa fragmentar o currículo em experiências dispersas, mas ampliar a qualidade cultural da formação, integrando conhecimentos científicos, artísticos, tecnológicos, históricos, filosóficos e saberes produzidos em diferentes contextos sociais.

A organização curricular precisa equilibrar continuidade e contextualização. A continuidade assegura progressão conceitual, aprofundamento e articulação entre etapas, áreas e componentes. A contextualização permite que os conteúdos ganhem sentido em relação a problemas, linguagens, práticas sociais e realidades vividas. Sem continuidade, o currículo se torna episódico; sem contextualização, transforma-se em exposição abstrata e descolada da experiência dos estudantes. A consistência curricular depende da relação entre ambos os princípios.

CONCEPÇÕES DE ENSINO E APRENDIZAGEM NAS PRÁTICAS ESCOLARES► **Ensino como mediação intencional do conhecimento**

O ensino é uma ação intencional de mediação entre os estudantes e os conhecimentos culturalmente produzidos. Essa mediação não equivale a simples exposição verbal nem à aplicação mecânica de atividades. Ensinar envolve diagnosticar conhecimentos prévios, organizar situações didáticas, propor problemas, selecionar recursos, orientar procedimentos, explicitar conceitos, acompanhar percursos, intervir nas dificuldades e criar condições para que os estudantes avancem em seus modos

de pensar. O professor ocupa papel intelectual e pedagógico central, pois transforma objetivos formativos em experiências de aprendizagem organizadas.

A mediação docente exige clareza sobre o objeto de conhecimento. Não basta escolher uma atividade interessante; é necessário compreender quais conceitos, procedimentos, atitudes, linguagens ou formas de raciocínio estão em jogo. Atividades podem ser visualmente atraentes e, ao mesmo tempo, pouco relevantes do ponto de vista cognitivo. A qualidade do ensino depende da relação entre finalidade, conteúdo, desafio, intervenção e avaliação. Uma situação didática potente mobiliza o estudante, mas também preserva rigor conceitual, progressão e possibilidade de elaboração.

O ensino também requer planejamento flexível. Flexibilidade não significa improvisação permanente, mas capacidade de ajustar percursos sem perder as finalidades pedagógicas. A observação das respostas dos estudantes, dos erros, das dúvidas e das estratégias utilizadas fornece elementos para reorganizar explicações, propor novas atividades, formar agrupamentos, retomar conceitos ou ampliar desafios. O planejamento do ensino torna-se, assim, uma hipótese de trabalho continuamente confrontada com a realidade da aprendizagem.

► **Aprendizagem como construção ativa e social de significados**

A aprendizagem escolar envolve apropriação ativa de conhecimentos. O estudante não é recipiente vazio nem simples executor de comandos. Ele interpreta, relaciona, compara, formula hipóteses, mobiliza experiências anteriores, enfrenta conflitos cognitivos e reorganiza esquemas de pensamento. Essa atividade, porém, não ocorre de modo isolado ou puramente espontâneo. A aprendizagem é socialmente mediada por linguagens, interações, instrumentos culturais, intervenções docentes e participação em práticas compartilhadas.

Aprender implica atribuir sentido e construir significado. O sentido relaciona o conteúdo à experiência, à finalidade percebida e ao envolvimento do sujeito. O significado refere-se à compreensão conceitual socialmente validada, que permite utilizar o conhecimento em diferentes situações. Uma aprendizagem pode ter sentido imediato, mas permanecer frágil conceitualmente; também pode apresentar definição formal correta, mas sem uso efetivo em situações concretas. A prática pedagógica precisa articular essas dimensões, garantindo envolvimento e rigor.

Erro, conflito cognitivo e reorganização do pensamento

O erro possui valor pedagógico quando analisado como expressão de um modo de pensar. Ele não deve ser tratado apenas como falta, falha moral ou ausência de estudo. Muitos erros revelam hipóteses coerentes dentro de uma lógica ainda incompleta. A intervenção pedagógica qualificada identifica a natureza do erro, distingue dificuldade conceitual de dificuldade linguística ou procedimental e propõe ações que permitam ao estudante revisar suas estratégias. O tratamento pedagógico do erro fortalece a aprendizagem porque desloca o foco da punição para a compreensão dos processos.

A aprendizagem também se aprofunda quando o estudante é desafiado a explicar, justificar, comparar e revisar respostas. Questões abertas, problemas contextualizados, debates,





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

